

## ATA DE REUNIÃO DO JÚRI

### Registo

Documento Interno n.º 2617 / 2023

### Data da Informação

23/01/2023

### Processo

2022/300.10.001/44

**ASSUNTO:** Relatório Final - Empreitada de execução do Pavilhão Arqueológico Subaquático, em Sines

## Relatório Final

*(Decreto-Lei nº18/2008 de 29 de janeiro, na sua atual redação)*

**Consulta Prévia:** 2022/300.10.001/44 -----

**Contratação:** Empreitada de Execução do Pavilhão Arqueológico Subaquático, em Sines

Membros do Júri: -----

Presidente: Miguel Falcão, Chefe da Divisão de Obras Municipais da CMS; -----

1º vogal: Ricardo Pereira, Técnico Superior do Serviço de Cultura e Património Cultural CMS (Substitui o presidente nas suas faltas e impedimentos); -----

2º Vogal Jorge Farinha, Técnico Superior do Serviço de Coordenação e Controlo de Operações da CMS; -----

Vogal suplente: Helena Leal, Técnico Superior do Serviço de Assessoria Jurídica da CMS

Vogal suplente: Isabel Barros, Técnica Superior do Serviço de Contratação Pública. -----

Em reunião efetuada em 23/01/2023, em cumprimento do disposto no nº1 art.º 124º do Decreto-Lei nº18/08 de 29 de janeiro, na redação dada pelo Decreto-Lei nº 111-B/2017 de 31 agosto (CCP), destinada à elaboração do relatório final, no âmbito do procedimento acima referenciado, com o objetivo de ponderar as observações dos concorrentes em sede de audiência prévia, confirmar a ordenação final das propostas constantes do relatório preliminar e, finalmente propor a adjudicação e formalidades legais dela decorrentes. ---

### **I - Audiência prévia e ordenação das propostas** -----

Em cumprimento do disposto no nº 1 art.º 123º do CCP, o júri enviou a todos os concorrentes o relatório preliminar, tendo fixado o prazo de 5 (cinco) dias úteis para se pronunciarem, por escrito ao abrigo do direito de audiência prévia. -----

Quando assinado digitalmente, o documento impresso constitui uma cópia autenticada do original digital, desde que validado pelo selo branco da Câmara Municipal de Sines.

O resultado deste procedimento foi o seguinte: -----

Os concorrentes não apresentaram qualquer reclamação. -----

Face ao que foi referido anteriormente, o júri deliberou não alterar o teor e as conclusões do relatório preliminar, pelo que manteve a seguinte ordenação das propostas: -----

**1º lugar:** ARPECDOURO – Construção & Imobiliária, Ld.ª, com proposta no valor de € 127.831,90 (cento e vinte e sete mil oitocentos e trinta e um euros e noventa cêntimos).

**2º lugar:** VALORBELAS, S.A. com proposta no valor de € 129.091,50 (cento e vinte e nove mil e um euros e cinquenta cêntimos). -----

## **II – Adjudicação e formalidades complementares** -----

### **1 – Proposta de adjudicação** -----

Face ao que foi referido anteriormente e pelo fato do concorrente ARPECDOURO – Construção & Imobiliária, Ld.ª, pessoa coletiva nº 508263425, com sede na Rua da Sortelha, nº 396, freguesia de Constance, concelho de Marco de Canaveses ter ficado em 1º lugar, o júri deliberou propor que a empreitada de “Execução do Pavilhão Arqueológico Subaquático, em Sines”, lhe seja adjudicada pela quantia de € 127.831,90 (cento e vinte e sete mil oitocentos e trinta e um euros e noventa cêntimos), a que acresce o IVA 6%, no montante de € 7.669,91 (sete mil seiscentos e sessenta e nove euros e noventa e um cêntimos) o que totaliza € 135.501,81 (cento e trinta e cinco mil quinhentos e um euros e oitenta e um cêntimos). -----

### **2 – Caução** -----

Sendo o valor da obra inferior a € 200,000,00 não é exigível a prestação de caução. De acordo com o caderno de encargos e nos termos do nº 3 do art.º 88º do CCP, seja efetuada uma retenção de 10% do valor dos pagamentos a efetuar, para satisfação do cumprimento defeituoso, incumprimento definitivo pelo empreiteiro das obrigações contratuais ou legais ou para quaisquer outros efeitos especificamente previstos no contrato ou na lei. -

### **3 – Contrato escrito** -----

De acordo com disposto no art.º 94º do CCP e caderno de encargos do procedimento, o contrato será reduzido a escrito, sendo outorgado pelo Exmo. Sr. Vice-Presidente da Câmara Municipal de Sines, no uso da sua competência delegada. -----

Nos termos do art.º 98º do CCP, propõe-se a aprovação da minuta do contrato em anexo, a celebrar com o adjudicatário. -----

Face ao que antecede e se as propostas aqui formuladas merecerem aprovação superior, proceder-se-á, nos termos do nº 1 do art.º 77º do CCP, ao envio da notificação ao adjudicatário e, em simultâneo aos restantes concorrentes, a qual será acompanhada deste relatório final. -----

Nos termos do nº 2 do art.º 77º do CCP, o adjudicatário será igualmente notificado para apresentar os documentos de habilitação conforme art.º 81º do mesmo diploma legal. -

Presidente do Júri

---

1º Vogal

---

2º Vogal

---

ibarrros